

ENTRADA

05 AGO. 2025

Ass. do Func. COASP

**APROVADO**
À Secretaria para providências

16 SET. 2025

1º Secretário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

Requerimento nº 000992

Requer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins que envie expediente ao Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Segurança Pública, solicitando a realização de concurso público para provimento de cargos da Polícia Civil, em razão do grave déficit de efetivo e da precarização dos serviços.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, e após aquiescência do Plenário, requer ao presidente da Assembleia Legislativa, em regime de urgência, o envio de expediente ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins, cópia à Secretaria de Segurança Pública, solicitando a realização de concurso público para provimento de cargos da Polícia Civil do Estado do Tocantins, diante do grave déficit de pessoal enfrentado pela corporação.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento se fundamenta em dados preocupantes que evidenciam a precariedade estrutural e funcional da Polícia Civil do Tocantins. O Ministério Público do Estado (MPTO), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp), ajuizou ação civil pública em 22 de julho de 2025 contra o Estado, requisitando providências urgentes em face da ausência de concurso público há 11 anos, o que tem provocado um déficit alarmante de 1.272 profissionais.

Conforme levantamento realizado em junho de 2025, a Polícia Civil opera com apenas 50% do efetivo previsto em lei, totalizando 1.281 servidores ativos frente a um total de 2.553 cargos previstos, abrangendo oficiais investigadores, delegados, peritos e agentes de necrotomia. O cenário tende a se agravar até 2026, considerando a projeção de aposentadorias, o que pode elevar o déficit para 1.400 cargos vagos.

Apesar do quadro crítico, não há, até o momento, qualquer estudo preliminar ou cronograma oficial para a realização de novo certame, conforme informado pela própria administração estadual em abril de 2025.

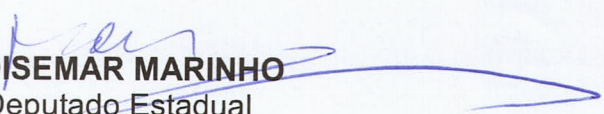


As consequências são visíveis e graves: cinco delegacias estão atualmente fechadas (Abreulândia, Marianópolis, Divinópolis, Monte Santo e Pugmil), comprometendo a segurança de extensas regiões. Além disso, inúmeras outras unidades funcionam sem delegado titular, ou com expediente limitado ao período entre 8h e 14h.

No campo da perícia criminal, a situação é igualmente crítica. Há um déficit de 132 peritos (42,7% do quadro), resultando na desativação de quatro núcleos de Medicina Legal (Tocantinópolis, Araguatins, Colinas e Guaraí). As investigações criminais estão comprometidas pela ausência de perícias essenciais, e os laudos, quando produzidos, muitas vezes são entregues fora do prazo legal.

Diante desse panorama, torna-se urgente e indispensável a adoção de medidas efetivas, a começar pela realização de concurso público para recomposição do efetivo da Polícia Civil. A segurança da população tocantinense exige resposta imediata do Estado.

Sala das Sessões, aos 04 dias do mês Agosto de 2025.


MOISEMAR MARINHO
Deputado Estadual

[Imprimir](#)ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO**
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**Código do Documento: **P06eebca467a85d7958171442102152b6K14571**Tipo de Proposição:
RequerimentoAutor: **MOISEMAR MARINHO**Enviada por: **MOISEMAR
ALVES MARINHO**
(dep.moisemar.marinho)**Descrição: Requer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins que envie expediente ao Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Segurança Pública, solicitando a realização de concurso público para provimento de cargos da Polícia Civil, em razão do grave déficit de efetivo e da precarização dos serviços.**Data de Envio: **05/08/2025
10:10:54**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

MOISEMAR MARINHO